

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.493 - PE (2019/0130202-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
PROCURADOR : ROBERTA SANTOS BARBOSA TÁVORA - PE024308
AGRAVADO : ANDERSON ALVES DE MORAES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PAGAMENTO POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco cuja ementa é a seguinte:

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. QUITAÇÃO DO DÉBITO PELA VIA ADMINISTRATIVA, APÓS AJUIZADA A AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR PAGAMENTO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE TRIANGULARIZAÇÃO PROCESSUAL. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO SEM A CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÍVOCA.

1. Na presente execução fiscal, tem-se que a parte executada, a pessoa jurídica EXPANSÃO EMPREENDIMENTOS LTDA, antes da sentença vergastada (fls. 11/12), datada de 06/12/2016, decidiu pagar espontaneamente os créditos constantes da CDA de fls. 03.

Essa informação, inclusive, foi veiculada em petição de fl. 9v do Município de Jaboatão dos Guararapes requerendo a extinção da ação com azo no art. 156, inciso I do CTN bem como a condenação da executada ao pagamento de honorários advocatícios.

2. Tendo em vista a ausência de triangularização processual nos autos, a controvérsia cinge-se quanto ao cabimento, ou não, no caso presente, da condenação do ora apelado ao pagamento de verba honorária, tendo em conta que o executado efetuou o pagamento do débito fiscal após o ajuizamento da ação, porém antes do ato citatório, que não chegou a se concretizar de forma válida nos autos.

3. Em que pese a argumentação expendida pelo Município apelante, procedeu com acerto o Juízo a quo em não condenar a parte executada nos honorários de advogado, haja vista que o pagamento do débito se deu pela via administrativa, antes de efetivada a citação válida.

4. Com efeito, o só ajuizamento da demanda não constitui a relação

processual, que somente restará aperfeiçoada com a citação válida da parte demandada, tornando a coisa litigiosa, nos termos do art.

219, caput do CPC/73 e atual art. 240, caput, do CPC/15. Ademais, não há no que se falar de aplicação do princípio da causalidade processual no caso dos autos, visto que não houve a necessária triangularização do feito.

5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente apelo.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 85, § 1º e 90, do CPC/2015; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que é cabível a fixação de honorários advocatícios na presente demanda, tendo em vista que o pagamento se deu após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que antes de ocorrida a citação.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 147/149, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O Tribunal de origem entendeu que:

Tendo em vista a ausência de triangularização processual nos autos, a controvérsia cinge-se quanto ao cabimento, ou não, no caso presente, da condenação do ora apelado ao pagamento de verba honorária, **tendo em conta que o executado efetuou o pagamento do débito fiscal após o ajuizamento da ação**, porém antes do ato citatório, que não chegou a se concretizar de forma válida nos autos.

[...]

Em que pese a argumentação expendida pelo Município apelante, procedeu com acerto o Juízo *a quo* em não condenar a parte executada nos honorários de advogado, haja vista que o pagamento do débito se deu pela via administrativa, antes de efetivada a citação válida.

Com efeito, **o só ajuizamento da demanda não constitui a relação processual, que somente restará aperfeiçoada com a citação válida da parte demandada, tornando a coisa litigiosa, nos termos do art. 219, caput do CPC/73 e atual art. 240, caput, do CPC/15.**

[...]

Ademais, não há no que se falar de aplicação do princípio da causalidade processual no caso dos autos, visto que não houve a necessária triangularização do feito.

Extrai-se do acórdão recorrido que a extinção do feito executivo deu-se em decorrência da quitação do débito pela via administrativa, após ajuizada a ação.

Em síntese, a instância de origem decidiu no sentido de que o ajuizamento da

demanda, por si só, não constitui relação processual, tendo em vista que esta só se aperfeiçoa com a citação válida da parte demandada, e, portanto, não seria o caso de aplicação do princípio da causalidade.

O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que o princípio da causalidade, que prevê o pagamento dos honorários por aquele que der causa à demanda, se aplica mesmo na relação jurídica processual que não tenha sido aperfeiçoada pela citação do executado.

No mesmo sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. PAGAMENTO EXTRAJUDICIAL POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. DESNECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DAS PROVAS DOS AUTOS. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 7/STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de ser devida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios quando a quitação extrajudicial do débito executado ocorrer após o ajuizamento da ação executiva, mesmo antes de efetivada a citação, em homenagem ao princípio da causalidade, não devendo incidir a exceção prevista no art. 26 da LEF.

2. Ao contrário do que alega a agravante, as questões referentes às datas do ajuizamento da ação, do pagamento do crédito tributário e da citação da parte executada encontram-se discriminadas na própria ementa do aresto recorrido, não demandando qualquer investigação dos elementos dos autos, razão pela qual incabível o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.067.906/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/12/2017, DJe 13/12/2017) (grifou-se).

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PAGAMENTO DO DÉBITO PELO EXECUTADO ANTES DA SUA CITAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535, II, DO CPC.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a condenação em honorários advocatícios pauta-se pelo Princípio da causalidade, ou seja, somente aquele que deu causa à demanda ou ao incidente processual é quem deve arcar com as despesas deles decorrentes.

3. No caso *sub judice*, ficou demonstrado que o recorrente ajuizou Ação de Execução Fiscal a fim de cobrar débito tributário do recorrido. Este, reconhecendo a dívida, pagou todo o débito antes de citado. O Tribunal mineiro entendeu que não caberia o pagamento de custas e honorários advocatícios ao Estado, porquanto a relação processual não havia sido integralmente formalizada.

4. Contudo, o entendimento do Tribunal local vai de encontro com o

Princípio da Causalidade, que prevê o pagamento das despesas e dos honorários por aquele que der causa à demanda, mesmo que a relação jurídica processual não tenha sido formada, pois o autor da ação não pode ser prejudicado pelo exercício de um direito legítimo que, no caso, é a propositura da execução fiscal. Precedente: AgRg no AREsp 759.959/SP, Rel. Ministra Maria Isabel gallotti, Quarta Turma, DJe 28/9/2015.

5. Recurso Especial provido.

(REsp 1.592.755/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe 2/9/2016) (grifou-se).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ e Súmula 568/STJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos a origem para que sejam fixados honorários sucumbenciais em favor do exequente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator